



A educação em Portugal: um olhar atento ao ensino secundário através dos números de estabelecimentos e alunos matriculados

Education in Portugal: a closer look at secondary education through the numbers of schools and students enrolled in it

Marina Andreia Gomes Pereira,
Bolsista de doutoramento TELSC
magp@ua.pt

Ana Raquel da Silva Cabral de Carvalho,
Bolsista de doutoramento FCT
raquelcabralc@ua.pt

Jorge Manuel Rodrigues Santos,
Professor em mobilidade na Direção-Geral da Educação
santosjmr@gmail.com

Manuel Joaquim de Sousa Santos,
Agrupamento de Escolas da Gafanha da Nazaré
mjssantos@ua.pt

Resumo

Conhecer o panorama educativo português atual implica olhar atentamente para a última década e para os acontecimentos que pautaram a realidade política, económica e social do país nesse período. O impacto das medidas decorrentes do Programa de Assistência Financeira a Portugal, entre 2011 e 2014, no setor da educação, mereceu destaque, neste estudo, que incidiu na análise do número de estabelecimentos de ensino secundário público e no dos alunos matriculados no mesmo ciclo, desde 2008 até ao passado recente, 2016, segundo dados disponibilizados pela Pordata. A implementação de um estudo de tipo correlacional, com base numa análise bivariada, e na aplicação do teste de correlação de Pearson facilitaram a descrição do coeficiente de correlação entre as variáveis em estudo. Constata-se que, apesar das inúmeras medidas de austeridade aplicadas ao setor de educação, em Portugal, não se registam variações significativas entre o número de estabelecimentos de ensino secundário público e o número de alunos matriculados, no período em análise. Verifica-se, contudo, uma correlação negativa alta entre as variáveis em estudo, no que concerne à tendência de evolução, com uma perspetiva crescente do número de estabelecimentos de ensino e uma tendência regressiva no número de alunos matriculados no ensino secundário.

Palavras-chave: ensino secundário público, alunos matriculados, estudo correlacional, medidas de austeridade e educação



Abstract

Getting to know the current panorama of the Portuguese Education system requires an attentive look at the last decade and the events that characterised the Portuguese political, economic and social scene over that period. The impact of the measures resulting from the Program of Financial Assistance to Portugal, between 2011 and 2014, on the Education sector were analysed in this study, whose focus was the number of public Secondary Education Schools and that of students enrolled in the same cycle of studies, from 2008 to 2016, according to data retrieved from Pordata. Implementing a correlational study, based on bivariate analysis and using a Pearson correlation test supported the process of getting to the correlation coefficient between the variables studied. It is clear that, despite the several austerity measures applied to the Education sector in Portugal, there has been no significant variation between the number of Public Secondary Schools and the number of students enrolled in this cycle all over the period in analysis. Nevertheless, there is a high negative correlation between the same variables regarding their progression rates, with the number of schools showing an evolutionary progress and the number of students enrolled in the secondary cycle tending to decrease.

Keywords: public secondary education, enrolled students, correlational study, austerity measures and education

Résumé

Apprendre à connaître le panorama actuel du système éducatif portugais exige un regard attentif sur la dernière décennie et les événements qui ont caractérisé la scène politique, économique et sociale portugaise au cours de toute cette période. L'impact des mesures résultant du Programme d'Assistance Financière au Portugal (2011 - 2014), sur le secteur de l'éducation a été analysé dans cette étude, qui adresse le nombre d'écoles publiques d'enseignement secondaire et d'étudiants inscrits dans le même cycle d'études, de 2008 à 2016, selon des données extraites de Pordata. La mise en œuvre d'une étude corrélationnelle, basée sur l'analyse bivariée et l'utilisation d'un test de corrélation de Pearson, a confirmé le processus d'obtention du coefficient de corrélation entre les variables étudiées. Il est clair que, malgré les nombreuses mesures d'austérité appliquées au secteur de l'éducation au Portugal, il n'y a pas eu de variation significative entre le nombre d'écoles secondaires publiques et le nombre d'étudiants inscrits à ce cycle pendant toute la période d'analyse. Néanmoins, il existe une forte corrélation négative entre les mêmes variables en ce qui concerne leurs taux de progression, le nombre d'écoles affichant un progrès évolutif et le nombre d'élèves inscrits dans le cycle secondaire ayant tendance à diminuer.

Mots clés: système d'enseignement secondaire, étudiants inscrits, étude corrélationnelle, mesures d'austérité et l'éducation

Introdução

O projeto de investigação subjacente à elaboração deste artigo decorre da proposta lançada no âmbito da Unidade Curricular "Metodologias de Investigação em Educação", do Programa Doutoral em Multimédia em Educação, da Universidade de Aveiro. O mote para a implementação



deste projeto, elaborado em grupo, foi a reflexão sobre o tipo de dados que poderiam constituir-se como fonte de informação privilegiada sobre um dado problema previamente identificado, no contexto educativo. A par da seleção de dados dever-se-ia, também, dar atenção à credibilidade das fontes dos mesmos e, se possível, aos critérios de recolha que lhes estão subjacentes. Uma das particularidades deste projeto incidiu no facto de a investigação decorrer com base em dados previamente recolhidos, tratados e disponibilizados por terceiros.

Constatou-se que, no âmbito educativo, a última década foi palco de inúmeras alterações, de índole variada, e cujas consequências ainda hoje encontram eco no panorama educativo nacional, em domínios tão diversos como o ambiente físico das escolas, a distribuição de capital humano (em particular, professores e alunos) ou as relações sociais entre todos os agentes integrantes deste setor (Benavente et al., 2015). Presume-se que, em grande medida, as referidas alterações no setor da educação resultem dos períodos de instabilidade política, económica e social que decorreram, sobretudo, a partir de 2011, com o pedido de resgate financeiro do Governo Português à Comissão Europeia (UE) e ao Fundo Monetário Internacional (FMI) (Op.Edu, 2014), e cujas medidas de austeridade afetaram variados setores da sociedade, incluindo o cumprimento pleno de direitos fundamentais da população, tais como a Educação, a Saúde ou a Proteção Social (UE, 2015), também consagrados na Constituição da República Portuguesa (Diário da República n.º 86/1976, Série I de 1976-04-10). Do ponto de vista da documentação legal e institucional, constatou-se que o impacto da crise económica, política e social, no setor educativo português, sobretudo a partir de 2011, foi amplamente relatado e analisado por instituições de referência e espelhado, nomeadamente, em Relatórios da União Europeia (EU, 2015; Eurostat, 2015), do Conselho Nacional da Educação (CNE, 2015) ou mesmo em documentação resultante de estudos como o do Observatório de Políticas de Educação e de Formação CES. UC. CeiED. ULHT (Op.Edu, 2014). Considerou-se, assim, que a implementação de um estudo com dados relativos ao setor da educação em Portugal, no referido período, seria uma escolha relevante e cujos resultados poderiam constituir-se como um contributo à perceção de um passado ainda muito presente no panorama educativo nacional.

Numa primeira fase iniciou-se a recolha de dados na Pordata, uma fonte de dados estatísticos considerada credível, por ser, não só, um repositório abrangente de dados relativos a setores variados, tanto no plano nacional como europeu, mas também por garantir os critérios de validade e fiabilidade dos instrumentos de recolha de dados e, conseqüentemente, a “qualidade informativa” dos mesmos (Coutinho, 2018, p.110 e 116). O processo de pesquisa foi relativamente simples e eficiente, dado que, perante o objetivo de dar resposta às questões de investigação e às hipóteses inicialmente lançadas, se obteve dados estatísticos recentes (Pordata, 2017), relativos tanto ao número de “Estabelecimentos nos ensinos pré-escolar, básico e secundário público: total e por nível de ensino”, desde a época do Estado Novo até à atualidade, resultantes do Recenseamento Escolar (Pordata, 2017a), como ao número de “Alunos matriculados no ensino público: total e por nível de ensino” (Pordata, 2017b), também disponível desde o período do Estado Novo até à atualidade.

Dadas as alterações políticas, económicas e sociais vividas em Portugal no passado recente, considerou-se essencial centrar a análise no período de 2008 a 2016 e, dada a profundidade requerida, num único nível de ensino, neste caso, o ensino secundário,



observando os respetivos dados inerentes ao número de estabelecimentos de ensino público e ao número de alunos matriculados, por modalidade de ensino (Pordata, 2017c). Foram formuladas duas questões de investigação, a partir das quais surgiram várias hipóteses, para as quais procurou encontrar-se fundamento, através da análise subsequente. A primeira questão é a seguinte: **“Haverá uma correlação entre possíveis alterações do número de estabelecimentos de ensino secundário públicos entre 2008 e 2016 e variações do número de alunos matriculados no ensino secundário público em Portugal em igual período?”**. A segunda questão é a seguinte: **“Haverá uma correlação entre as eventuais variações nos números de estabelecimentos de ensino secundário públicos e nos de alunos matriculados no ensino secundário público em Portugal entre 2011, ano coincidente com o início do Resgate Financeiro a Portugal, e 2016, já no rescaldo das medidas de austeridade a que o país foi sujeito?”**

A partir das questões de investigação, foram levantadas as seguintes hipóteses: i) é possível ter havido uma diminuição do número de escolas de ensino não superior público, em parte, motivada pela criação de “Mega-Agrupamentos” escolares, como resultado da reorganização das políticas educativas decorrentes das medidas de austeridade inerentes ao Programa de Resgate Financeiro a Portugal; ii) é provável que o número de alunos matriculados em escolas do ensino secundário público, no período homólogo à crise económica, política e social, em Portugal, tenha sofrido alterações, decorrentes do impacto das medidas de austeridade, por exemplo devido a variações demográficas, ao abandono escolar, ao alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos (Lei n.º 85/2009, de 27 de Agosto) e ao aumento da oferta formativa, em termos de modalidades de ensino disponibilizadas; iii) é provável que as variações do número de estabelecimentos de ensino secundário público e as relativas ao número de alunos matriculados nesse ciclo, em Portugal, no período em análise, sejam equiparadas e estejam, inclusivamente, relacionadas.

À luz da problemática inicial e das hipóteses formuladas foram estabelecidos os seguintes objetivos: i) aferir e analisar a evolução relativa ao número de estabelecimentos de ensino secundário, por modalidade de ensino, no período em análise, assim como a existência de ciclos de crescimento ou de diminuição expressiva dos mesmos, no período compreendido entre 2008 e 2016; ii) inferir, à luz de um breve enquadramento político, económico e social, possíveis fundamentos que justifiquem os ciclos de crescimento ou diminuição expressiva do número de estabelecimentos de ensino secundário público, previamente identificado; iii) identificar o número de alunos matriculados no ensino secundário, por modalidade de ensino, entre 2008 e 2016; iv) analisar e comparar ciclos de crescimento ou de diminuição expressiva do número de alunos matriculados no ensino secundário público, por modalidade de ensino, no mesmo período; v) averiguar possíveis oscilações similares entre o número de estabelecimentos de ensino secundário público e o número de alunos matriculados nas diferentes modalidades de ensino secundário, em vigor, no respetivo ciclo, no período temporal em análise; e vi) inferir, com base num breve enquadramento político, económico e social, causas que justifiquem as possíveis semelhanças / diferenças ao nível de eventuais oscilações referentes ao número de estabelecimentos de ensino em análise e ao número de alunos matriculados no ensino secundário público, no período compreendido entre 2008 a 2016.



Contextualização teórica

O sistema de ensino em Portugal no período entre 2008 e 2016: constrangimentos

Breve enquadramento político, económico e social

O período compreendido entre 2008 e os anos subsequentes foi objeto de análise por parte de instituições de referência no contexto nacional e europeu, tendo-se verificado particular interesse no estudo do impacto da crise económica, política e social em Portugal (EU, 2015; Eurostat, 2015; Op.Edu, 2014), onde as consequências da crise foram consideradas "severas" (EU, 2015, p.8). O Observatório de Políticas de Educação e Formação, no respetivo relatório sobre "O estado da educação num estado intervencionado" (Op.Edu, 2014, p.3), chega mesmo a afirmar que, perante as alterações decorrentes da crise, "a fibra do país foi atingida, inexoravelmente, nas suas dimensões de desenvolvimento humano, social e económico". De acordo com o Relatório da Direção Geral das Políticas Internas, da Comissão Europeia (EU, 2015, p.8), a implementação das políticas resultantes do Programa de Resgate Financeiro em Portugal deu origem a medidas de "austeridade" que afetaram um grande número de direitos fundamentais consagrados em documentação de referência como a Constituição da República Portuguesa (1976), o Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (ESC) (1976) ou mesmo em documentação emanada pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. Segundo Benavente et al. (2015), 2008 foi o ano a partir do qual a crise passou a adquirir maior visibilidade, tendo os seus efeitos sido particularmente visíveis a partir de 2011, ano em que o Governo Português formalizou o Pedido de Resgate Financeiro ao FMI, BCE (Banco Central Europeu) e EU. Entre os quadrantes da sociedade afetados, destacam-se as condições económicas e sociais, a demografia, as condições laborais e os direitos fundamentais da população (EU, 2015; Eurostat, 2015).

Em termos económicos e sociais, verificou-se uma descida do Produto Interno Bruto (PIB), a rondar os 7%, entre 2008 e 2013, facto acompanhado de uma quebra do investimento interno na ordem dos 40% (EU, 2015, p.13), em igual período. Segundo o mesmo relatório, a inflação atingiu os 3,6% em 2011, tendo, ainda assim, caído para os 0,4% em 2013 (EU, 2015, p.13). A nível laboral, este relatório dá conta que, entre 2008 e 2013, foram mais de 500 000 os postos de trabalho eliminados, o que contribuiu para uma subida abrupta do desemprego (para cerca do dobro, tendo passado de 8,5%, em 2008, para 16,4%, em 2013), com taxas elevadas entre a população jovem (EU, 2015, p.13). A descida dos salários é também reportada, tendo rondado, segundo o mesmo relatório, os 10%, entre 2010 e 2013, e afetado, em particular, o setor público (EU, 2015, p.15). Tais factos contribuíram para um aumento das desigualdades sociais e para um empobrecimento da população e conseqüente aumento da taxa de pobreza, considerada uma das mais elevadas da União Europeia (EU, 2015, p.15). Outro dos aspetos resultantes da conjuntura económica e social da época foi a emigração massiva de população, com mais de 300 000 pessoas a abandonar o país entre 2011 e 2013, o equivalente a 3,5% da população total portuguesa, e cujo fluxo é apenas comparável ao que se verificou na década de 1960 (EU, 2015, p.13). Em termos demográficos, dados apresentados pelo Conselho Nacional de



Educação (CNE, 2015, p.60) demonstram ter havido uma quebra de 30% no número de nados vivos, sendo o saldo natural do país negativo, desde 2009 até à data do respetivo relatório. Por sua vez, o saldo migratório é apontado como sendo negativo desde 2011 (CNE, 2015, p.60). É ainda possível ler-se que, apesar de se registar um crescimento médio de 2,4% da população residente nos países da EU28 (Europa dos 28), Portugal faz parte dos 11 países onde se verificou uma diminuição desse valor, a rondar os -1,3% (CNE, 2015, p.62). Na globalidade, constata-se a tendência para o envelhecimento da população portuguesa, com “a proporção de jovens inferior à de idosos em 6 pp - pontos percentuais” (CNE, 2015, p.128). Segundo o relatório do Observatório de Políticas de Educação e Formação, no rescaldo da crise, em 2014, Portugal demonstrou ser um país “mais desigual e mais empobrecido” (Op.Edu, 2014, p.3). No que concerne aos direitos fundamentais da população, a análise subjacente à elaboração deste relatório, centrou-se, apenas, no setor da educação, ao qual será dado destaque nos subcapítulos seguintes.

Impacte da crise económica, política e social no setor da educação em Portugal

Tratando-se a Educação de um dos direitos fundamentais, consagrados na Constituição da República Portuguesa (Art.º 73 - 77) (1976), é espectável que este seja também um dos setores mais protegidos pelo Estado de Direito, tanto ao nível do acesso à educação, como das condições facultadas a todos aqueles que constituem o capital humano de um sistema complexo, mas vital ao fortalecimento de um país. O direito à educação tem sido amplamente defendido em documentação de referência, a nível mundial, nomeadamente, na Convenção da UNESCO de 1960 contra a Discriminação em Educação, na Convenção para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra Mulheres (Art.º 10), na Convenção para os Direitos da Criança (Art.º 28 e 29) ou na Convenção das Nações Unidas para os Direitos das Pessoas com Deficiência (Art.º24), citados em EU (2015, p.20). Segundo o Relatório da Direção Geral das Políticas Internas, da Comissão Europeia (EU, 2015, p.20), a Educação deve ser facilitada segundo os princípios da “disponibilidade, acessibilidade, aceitabilidade e adaptabilidade”. O mesmo relatório dá conta que o investimento público na Educação, em Portugal, foi drasticamente reduzido, tendo as despesas do Estado com este setor passado de 4,8% do PIB em 2010, para 3,9%, em 2012 (EU, 2015, p.22), fazendo deste o valor mais baixo relativo a investimento na Educação em toda a União Europeia (EU, 2015, p.23; Op.Edu, 2014. p.3). Nesta linha, e tendo como objetivo ditado pelas políticas de austeridade, a redução de 195 milhões de euros em custos com a Educação (EU, 2015, p.23), o Estado implementou uma série de medidas que visaram a diminuição da despesa, nomeadamente, com recursos humanos públicos (traduzido, p. ex., na redução de milhares de professores e no aumento do horário semanal dos docentes), que implicaram uma reorganização das políticas educativas, p.ex. ao nível da implementação de uma nova forma de gestão escolar, da criação de “mega-agrupamentos” escolares (segundo Decreto Lei n.º 75/2008, do Ministério da Educação (2008)) ou do aumento de alunos por turma (EU, 2015, pp. 23-24). O mesmo relatório é assertivo quanto ao facto de as políticas de austeridade terem afetado a qualidade do sistema de educação público e os recursos disponíveis (EU, 2015, p.24), tendo contribuído para a perda de 73 572 alunos (5,1%) no ensino não superior público entre 2006 e 2015, segundo dados do Relatório do Conselho Nacional da Educação (CNE) de 2015 sobre o “Estado da Educação” (CNE, 2015, p.129).



O sistema de ensino em Portugal no período entre 2008 e 2016: sinais de superação (ênfase no Ensino Secundário público)

De acordo com dados do CNE, há a destacar a ligeira subida percentual do número de alunos matriculados, entre 2005 e 2015, na educação pré-escolar, com 1%, e no ensino secundário, com 28%, respetivamente, tendência contrária à verificada nos restantes ciclos. Segundo o referido relatório (CNE, 2015, p.68), estes dados poderão ter sido motivados por fatores variados, entre eles, o alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos (Decreto Lei n.º85/2009, da Assembleia da República (2009)); a “diversificação da oferta formativa”, através de modalidades de ensino regular, profissional e de dupla certificação escolar e profissional (CNE, 2015, p.74); assim como resultado da diminuição da taxa de abandono escolar, decorrente de uma evolução positiva (CNE, 2015, p.74), ainda que superior à média da UE28, já que se encontrava, em 2014, segundo dados do Relatório do Eurostat, situada nos 11% (Eurostat, 2015, p.87) e, entre os países com as taxas de abandono mais elevadas, nomeadamente, Itália, Espanha e Malta. Segundo dados do CNE (2015, p.64) verifica-se que, apesar de a população ativa ter sofrido uma diminuição entre 2005 e 2015, os níveis de qualificação melhoraram significativamente, havendo ainda a registar um acréscimo de 58,8% da população com o ensino secundário concluído, facto considerado “notável” no relatório do Eurostat, sobre a “qualidade de vida” e a educação (Eurostat, 2015, p.93). No que diz respeito à distribuição dos alunos por modalidade de ensino secundário, o mesmo documento (CNE, 2015, p.80) destaca uma maior incidência de alunos a frequentar o ensino regular, de cujos Cursos de Ciências e Tecnologias e Línguas e Humanidades são os que registam maior número de matrículas (CNE, 2015, p. 83). A segunda modalidade com maior frequência é o ensino profissional, destacando-se o facto de 39% dos alunos portugueses, entre os 15 e os 19 anos frequentarem “vias profissionalizantes”, o que os aproxima dos valores da OCDE, situados nos 41%. De acordo com o mesmo relatório (CNE, 2015, p.82), regista-se uma evolução positiva da frequência de modalidades destinadas a jovens, assim como uma aproximação, em termos percentuais, do número de alunos que frequentam as vias profissionalizantes dos que frequentam os cursos científico-humanísticos. No que concerne aos Cursos de Educação e Formação (CEF) de ensino secundário, o documento revela que os mesmos têm uma frequência pouco expressiva no panorama nacional (CNE, 2015, p.80). Relativamente à educação e formação de adultos, dados do mesmo relatório revelam que o período de 2009 a 2011 foi aquele em que houve maior investimento do estado nestas modalidades (CNE, 2015, p.215), tendo sido, curiosamente, em 2010 que Portugal ficou entre os 3 países europeus que melhor implementaram “sistemas nacionais de validação de aprendizagens não formais e informais”, ao lado de França e da Noruega (Benavente et al., 2015, p.60). Recorde-se que a tentativa de valorizar a educação de adultos começou anteriormente, tendo sido criada, no ano 2000, a Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA) e subsequentemente constituídos os Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) (Benavente et al., 2015, p.60), no âmbito dos quais, surgiram os Centros de Novas Oportunidades (CNO). Benavente et al. (2015, p.60) dão conta que em 2011 foi iniciado o processo de encerramento dos CNO, por decisão ministerial, dada a “ausência de valor dos processos de RVCC para o desenvolvimento da economia nacional”, facto que coincide com dados do relatório do CNE (2015, p.81), que revelam a baixa representatividade desta modalidade a nível nacional. Os Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional (CQEP) são as unidades orgânicas que, na sequência dos factos reportados, passaram assumir os processos de RVCC, para jovens e adultos (CNE, 2015, p.81 e p. 285).



A título de conclusão, apresentam-se dados, reportados nos relatórios do Eurostat (2015) e da Direção Geral das Políticas Internas, da Comissão Europeia (EU, 2015), relativos ao impacto da educação na sociedade e à sua relação direta com a qualidade de vida da população. Segundo o relatório do Eurostat (2015, p.82), são várias as formas através das quais a educação afeta a qualidade de vida das pessoas, havendo indícios de que se trata de um forte indicador subjetivo de bem-estar. Na realidade, a educação é apontada, no mesmo documento, como um dos aspetos com maior impacto na empregabilidade da população, reduzindo o seu risco de pobreza e facultando-lhe as competências necessárias para se adaptar às rápidas alterações sociais e de mercado (Eurostat, 2015, p.82). Sabe-se que pessoas com um baixo nível de literacia têm piores oportunidades de emprego, enfrentando, mais facilmente, a exclusão social e uma participação pouco ativa na vida cívica (Eurostat, 2015; EU, 2015). Segundo o relatório da Direção Geral das Políticas Internas, da Comissão Europeia (EU, 2015, p.10), é essencial aumentar o investimento público na educação, reduzir o número máximo de alunos por turma, o que, em suma, estará salvaguardado se for garantido o cumprimento dos princípios da Constituição Portuguesa relativos à Educação. Recomenda-se, assim, uma abordagem transformadora, que alie a criatividade, o empreendedorismo e a inovação à Educação, para que possa contribuir-se para a criação de emprego e para o crescimento económico (Eurostat, 2015, p.82). O mesmo documento aponta as competências linguísticas e digitais como aspeto transversal à formação de cada um e elementos agregadores na capacitação da população ao nível da empregabilidade, emancipação e empoderamento (Eurostat, 2015, p.90). Dar à educação o estatuto que lhe pertence é, segundo o relatório do Eurostat (2015, p.82), assumir o seu papel enquanto “valor fundamental da sociedade”, com um contributo vital para a perceção do mundo, aspeto de suma importância em qualquer época e lugar.

Metodologia

Quadro conceptual e metodológico: caracterização

Análise de dados, contexto de investigação e tipo de estudo

Tendo por base o âmbito e propósito da investigação, previamente apresentados no capítulo da introdução, determinou-se que o contexto de investigação seria o sistema de ensino público português, mais concretamente, um dos ciclos vigentes, neste caso o ensino secundário, ao nível das variáveis “número de alunos matriculados, por modalidade de ensino”, com base em dados da Pordata (2017c) e “número de estabelecimentos de ensino”, Pordata (2017a), ambos relativos ao período compreendido entre 2008 e 2016. Estas variáveis enquadram-se, de acordo com Bisquerra (1989, citado em Coutinho, 2018, p.75), na categoria de “variáveis quantitativas”, por serem expressas em número, e, nesse âmbito, classificadas como “discretas”, por serem traduzíveis em números inteiros. No que diz respeito aos conceitos de “validade interna” e “externa” de variáveis, considera-se que o facto de os dados selecionados resultarem do processo de Recenseamento Escolar, da responsabilidade de entidades de referência como a Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência e o Ministério da Educação (DGEEC/ME), é garantia do cumprimento dos princípios de isenção e rigor esperados e do controle de quaisquer “variáveis estranhas” que, segundo Coutinho (2018, p.81) pudessem “comprometer a validade



dos resultados". É importante realçar ainda que a escolha das balizas temporais selecionadas resulta da pertinência encontrada nos acontecimentos que pautaram o contexto económico, político e social do país, a partir de 2008, e do seu impacto no setor da educação, assim como da relevância identificada na análise do período de implementação do "Programa de Resgate Financeiro" em Portugal, juntamente com as fases imediatamente anteriores e posteriores ao mesmo. Importa referir que os dados extraídos da Pordata se encontravam, à data da pesquisa, apenas disponíveis até ao ano de 2016 (Pordata, 2017a, b e c).

Relativamente ao tipo de estudo, determinou-se que, dada a natureza dos dados e as características do processo de investigação, dever-se-ia optar por um plano de investigação correlacional, considerado por Charles (1998, citado em Coutinho, 2018, p.313) como "útil" à compreensão de "acontecimentos, condições ou comportamentos que estão relacionados entre si", sendo que o objetivo primordial da análise é, segundo Coutinho (2018, p.300), o de "encontrar e avaliar a intensidade de relações entre variáveis, sem manipulação e sem pretensões de causalidade". Para tal, a mesma autora indica o recurso a "procedimentos estatísticos", que facilitarão a determinação do "grau de relação" entre variáveis, traduzível no "coeficiente de correlação" (Coutinho, 2018, p.300). Segundo Black (1999), o coeficiente de correlação é um indicador da intensidade da relação entre, pelo menos, duas variáveis, sendo a correlação considerada elevada quando se verifica uma grande discrepância entre ambas. Na perspetiva do autor, o mais interessante na correlação é a sua dimensão e não tanto o facto de ser positiva (entre 0 e +1) ou negativa (entre -1 e 0). Pardal & Lopes (2011, p. 181) referem que a correlação é positiva "quando as duas variáveis x e y aumentam ou diminuem, concomitantemente", sendo antes negativa quando "aumentando os valores da primeira variável, diminuem os valores da segunda ou quando, diminuindo os valores da primeira, aumentam os da segunda". Subjacente a este processo, a autora esclarece (2018, p.312) que estão implicadas técnicas de "correlação" e de "regressão". Esta última é associada pela autora (2018, p.309) a "análises multivariadas", consideradas muito versáteis em Ciências Sociais e Humanas e capazes de facultar informação de qualidade sobre a relação entre "múltiplas variáveis" e permitindo a condução de uma análise completa, na medida em que "permite estimar tanto a magnitude como a significância estatística da relação entre as variáveis". No caso do presente estudo, optou-se por uma "análise bivariada" (Coutinho, 2018, p.308), já que em causa estava o cálculo dos "coeficientes de correlação" entre as duas variáveis estudadas, mais concretamente, o número de estabelecimentos de ensino e o número de alunos matriculados, e a interpretação dos resultados daí decorrentes. Optou-se pela aplicação do teste de correlação de Pearson, referenciado por Black (1999, p.627) como o "coeficiente mais usado", de modo a investigar "o quão aproximadamente conjuntos de dados de uma amostra *cross-section* variam em simultâneo". Considerou-se que o estudo relacional e, conseqüentemente, a análise bivariada seriam a abordagem mais adequada, dado que, em causa, estavam apenas duas variáveis, cuja descrição do coeficiente de correlação seria a base para qualquer interpretação que fosse ao encontro da resposta às questões de investigação e à confirmação / não das hipóteses formuladas. Sabe-se, contudo, que a complementar a análise de dados está a essencial revisão de literatura, sem a qual a interpretação dos dados obtidos, não teria validade suficiente.



Paradigma e natureza da investigação

O tipo de estudo implementado enquadra-se no paradigma positivista, sendo a sua natureza quantitativa. Com ligação à filosofia empirista e a nomes como Aristóteles, Francis Bacon, Kant ou Auguste Comte (Cohen & Manion, 1994; Coutinho, 2018; Mertens, 1998), o paradigma positivista privilegia, segundo autores como Coutinho (2018, pp.13-14) e Johnson & Christensen (2008, p.35), o “determinismo”, a “racionalidade”, a “impessoalidade”, a “previsão” e a “irreflexividade” e dá especial ênfase a “factos”, “comparações”, “relações” e “causas”. Coutinho (2018, p.12) revela que, neste âmbito, o conhecimento é questionado por “hipóteses causais e estatisticamente comprovadas”, recorrendo-se ao método hipotético-dedutivo e, predominantemente, a técnicas quantitativas que auxiliem a “medição / avaliação de variáveis comportamentais e/ou socioafetivas passíveis de serem medidas, comparadas e/ou relacionadas no decurso do processo de investigação empírica” (2018, p.26). Coutinho (2018, p.27) acrescenta, ainda, o papel central da teoria em estudos de natureza quantitativa, na medida em que é esta que “deve guiar a praxis do investigador”. Espera-se, assim, do investigador, uma atitude “científica, distanciada e neutra” que procura “comprovar estatisticamente as hipóteses”, “a partir de uma perspetiva de eficácia” (Coutinho, 2018, p.27). A este nível, a atitude assumida pelo investigador, no decorrer do presente estudo, foi a de um agente não participante, que procurou zelar pela imparcialidade, fundamentando as suas escolhas, nos vários domínios da investigação, com base em literatura de referência que lhe permitisse, apesar do espírito “empírico-analítico” (Coutinho, 2018, p.11), o alcance da “replicação” / “generalização” dos dados por si investigados, aspeto considerado por Coutinho (2018, p.13) como “garantia da busca de objetividade”.

Resultados

Nesta secção, apresentam-se os resultados referentes ao número de alunos matriculados e ao número de estabelecimentos de ensino do secundário entre 2008 e 2016 com base nos dados da Pordata (2017a e c). Neste sentido, apresentam-se, na tabela 1 e no gráfico 1, os resultados obtidos.

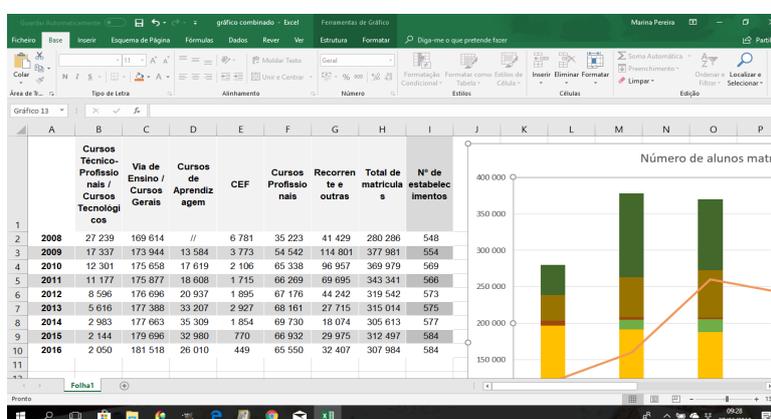


Tabela 1- Apresentação do número de alunos e de estabelecimentos

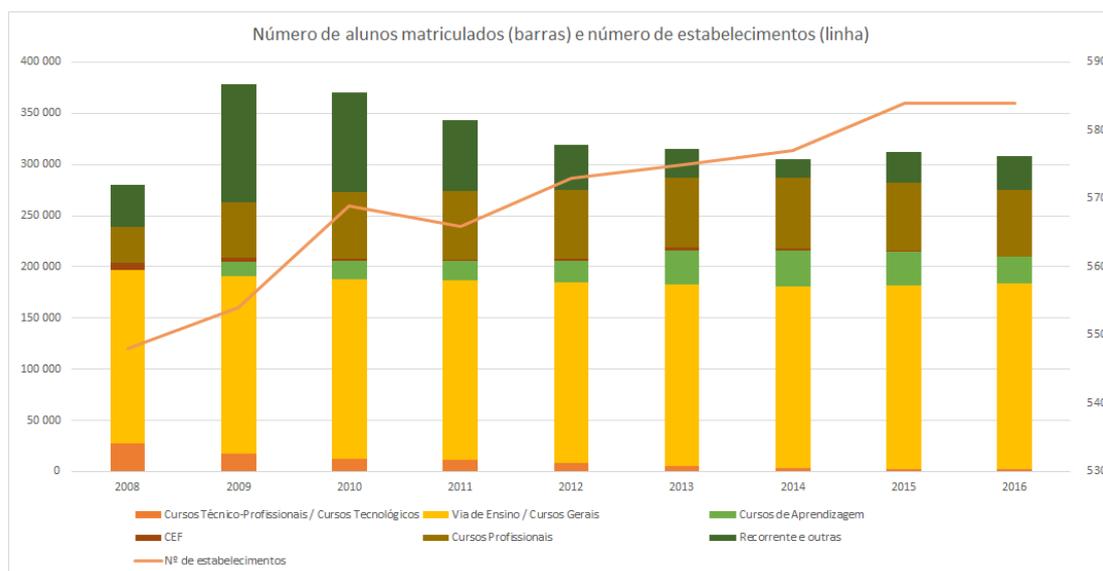


Gráfico 1 - Apresentação do número de alunos e de estabelecimentos

Constata-se que o curso com maior número de alunos matriculados é o da via de ensino/ cursos gerais, cuja oscilação é pouco significativa nos anos apresentados. Por outro lado, os cursos técnicos profissionais/tecnológicos são aqueles que apresentam valores mais baixos e aqueles em que, entre 2008 e 2016, o número de alunos tem diminuído. Verifica-se, também, que o número de estabelecimentos de ensino aumentou exponencialmente de 2008 a 2010, tendo existido um pequeno decréscimo de 2010 a 2011. A partir de 2011 e até 2016 verifica-se que o número de estabelecimentos de ensino secundário aumentou, contrariamente ao ocorrido com o número de alunos matriculados.

De seguida, para uma melhor perceção e uma análise mais aprofundada, apresentam-se os resultados por modalidade/tipologia de curso.

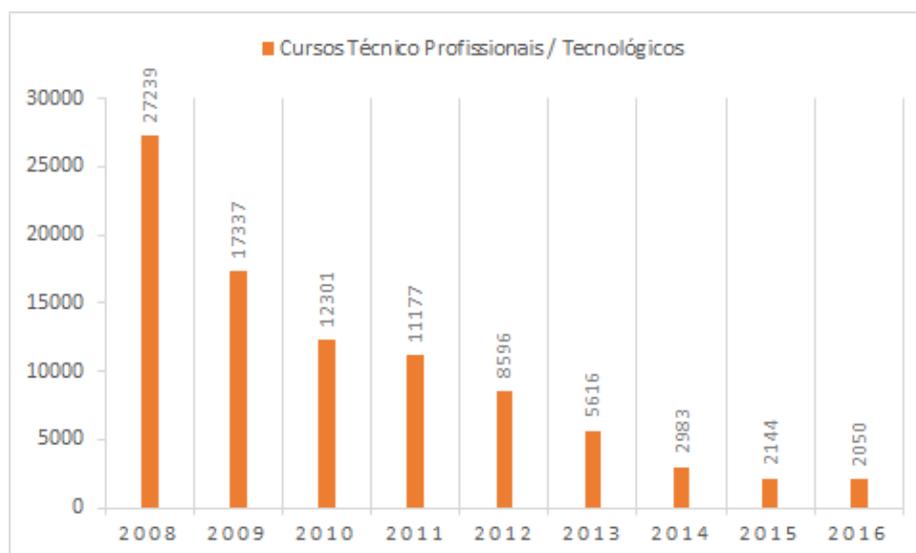


Gráfico 2 - Apresentação do número de alunos em cursos técnico profissionais / tecnológicos

No que concerne aos cursos tecnológicos, verifica-se um decréscimo bastante acentuado no número de alunos inscritos em 2008, de 27 239 alunos, para 17 337, em 2009, e de 12 301 alunos, em 2010. A tendência manteve-se durante os anos seguintes, embora menos significativa. Esta situação poderá dever-se a uma diminuição da oferta desta modalidade.

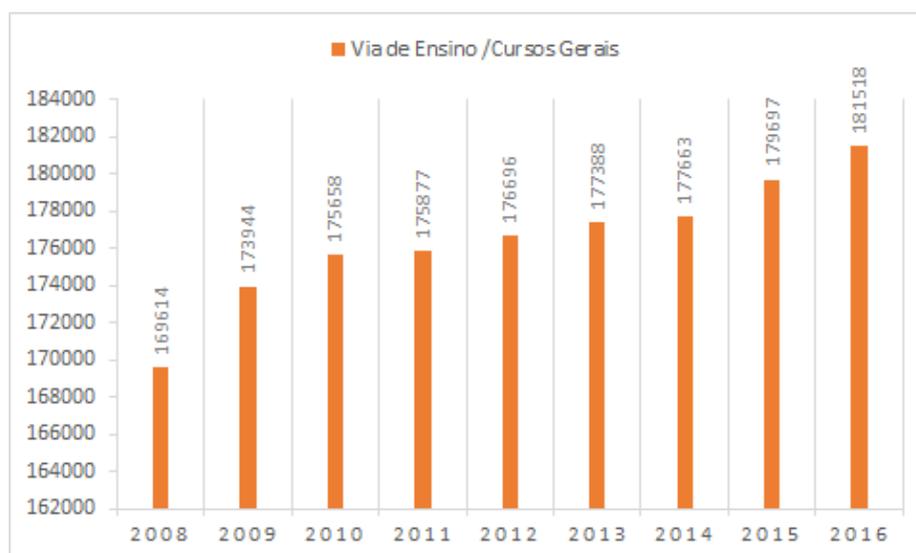


Gráfico 3 - Apresentação do número de alunos em via de ensino / cursos gerais



Relativamente aos cursos de via de ensino, enquadrados no ensino regular, o número de alunos apresenta-se muito similar de ano para ano, embora com uma ténue tendência ascendente.

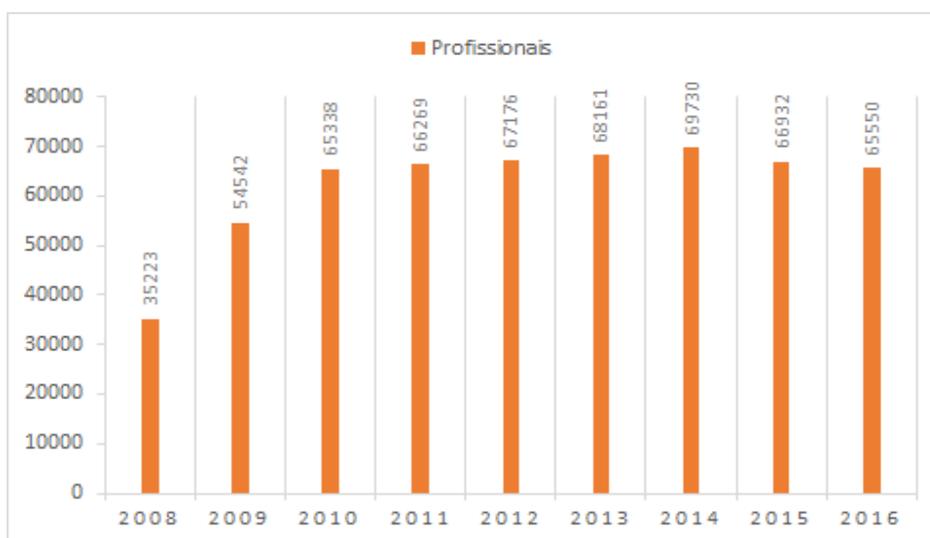


Gráfico 4 - Apresentação do número de alunos em cursos profissionais

Os cursos profissionais foram iniciados, em 2008, com 35223 alunos, tendo-se verificado um aumento significativo para 54 542, em 2009, e de 65 338 alunos, em 2010. A partir deste ano, o valor estabilizou em crescendo, ainda que muito ligeiro nos quatro anos seguintes. Em 2015 verifica-se um decréscimo, com menos 2 798 alunos e, em 2016, menos 1 382 alunos.

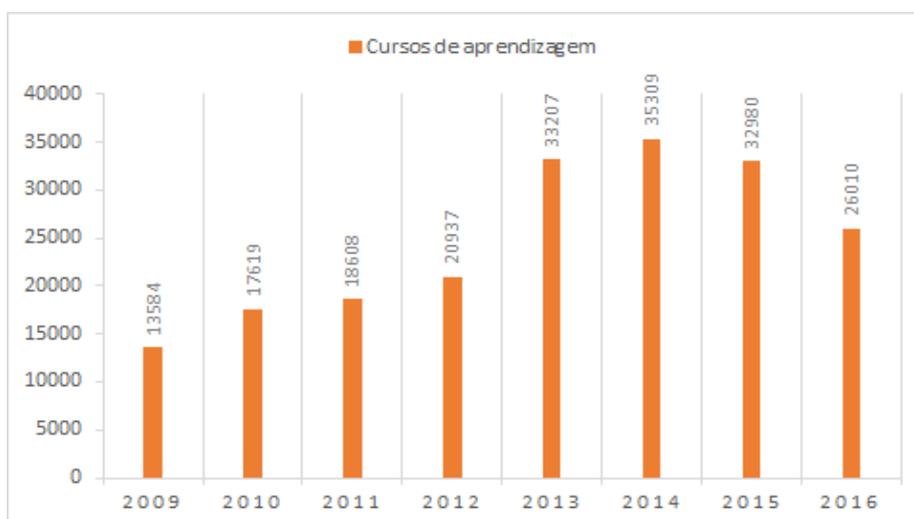


Gráfico 5 - Apresentação do número de alunos em cursos de aprendizagem



Nos cursos de aprendizagem manteve-se uma tendência crescente regular até 2012 e uma subida abrupta em 2013.

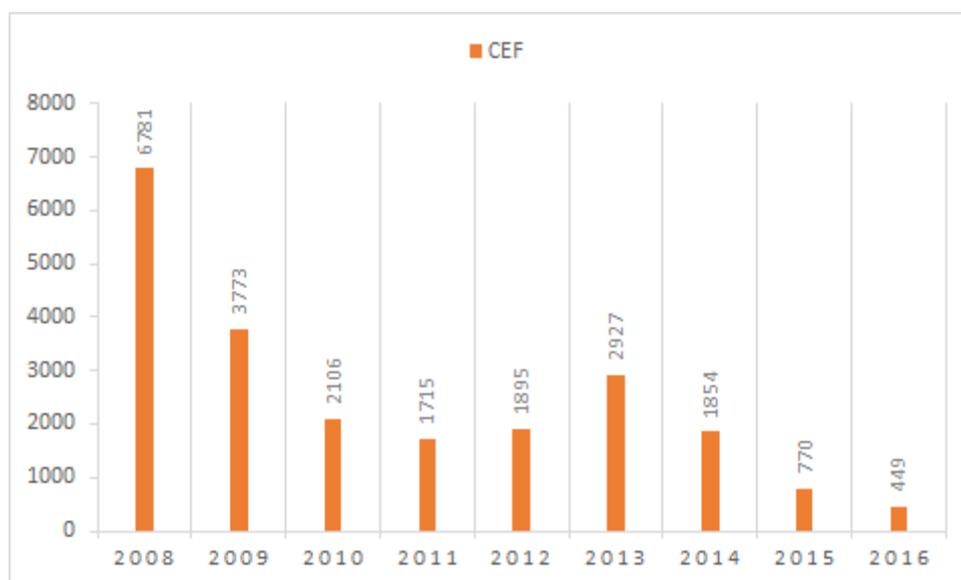


Gráfico 6 - Apresentação do número de alunos em CEF

No que diz respeito aos cursos de Educação e Formação constata-se que, dos anos apresentados, 2008 foi o que teve mais alunos, passando essencialmente para metade no ano seguinte. A tendência decrescente continuou até 2012. Em 2012 e 2013 verifica-se um aumento do número de alunos inscritos nestes cursos, acompanhado pela redução do número de matrículas nos cursos profissionais, aspeto possivelmente resultante da flutuação de alunos entre ofertas formativas. Em 2014 constata-se uma queda abrupta (de menos 1 073) e em 2015 (de menos 1084). Estes resultados poderão estar associados à opção do Ministério de Educação por não permitir a abertura de novas turmas, propiciando apenas a continuidade de turmas já em funcionamento.

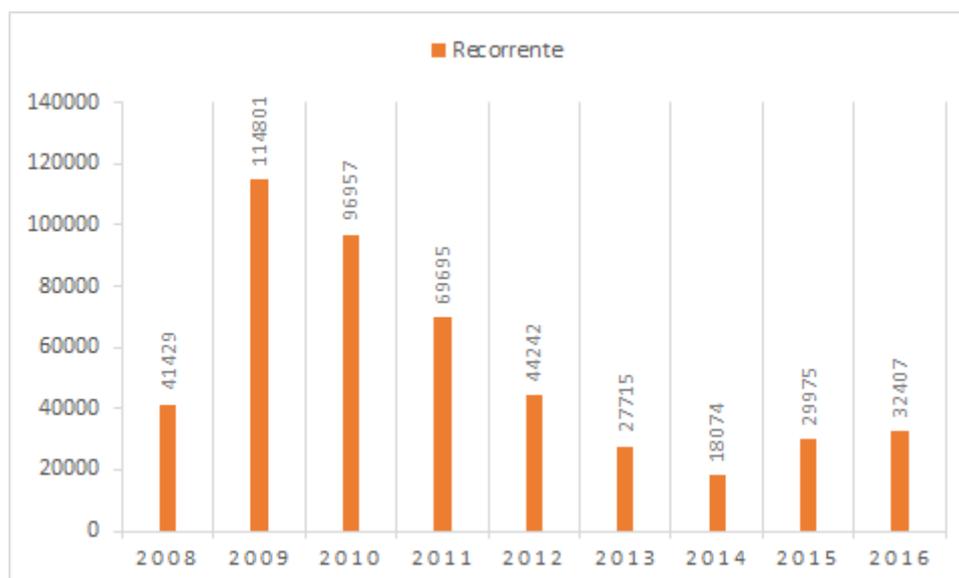


Gráfico 7 - Apresentação do número de alunos no recorrente

Em relação aos cursos de ensino recorrente, verifica-se um aumento significativo no número de alunos inscritos em 2008, de 41 428 alunos, para 114 801, em 2009. Por outro lado, há uma redução significativa do número de alunos inscritos em 2010, de 96 957 alunos, para 44 242, em 2012, assim como em 2013, com 27 715 alunos, e em 2014, com 18 074 alunos.

Estas variações poderão estar relacionadas, numa fase inicial, com a criação dos Centros Novas Oportunidades (CNO) - Portaria n.º 370/2008 de 21 de Maio - Ministérios do Trabalho e da Solidariedade Social e da Educação. Posteriormente, o decréscimo registado poderá dever-se ao encerramento de vinte CNO em 2011 e à extinção dos CNO em agosto de 2012.



Anos	Alunos matriculados (Variável dependente)	Estabelecimento de ensino (Variável independente)	Coefficiente de correlação
2008	280 286	548	-0,18905 entre 2008 e 2016 Correlação negativa muito baixa.
2009	377 981	554	
2010	369 979	569	
2011	343 341	566	
2012	319 542	573	
2013	315 014	575	
2014	305 613	577	
2015	312 497	584	
2016	307 984	584	

Tabela 2 - Correlação entre o total de número de alunos do secundário e o número de estabelecimentos

De seguida apresentam-se os gráficos 8 e 9, relativos à análise correlacional segundo o modelo de Pearson. Estes relacionam-se com o propósito deste estudo, onde se conjugam as duas variáveis aqui presentes.

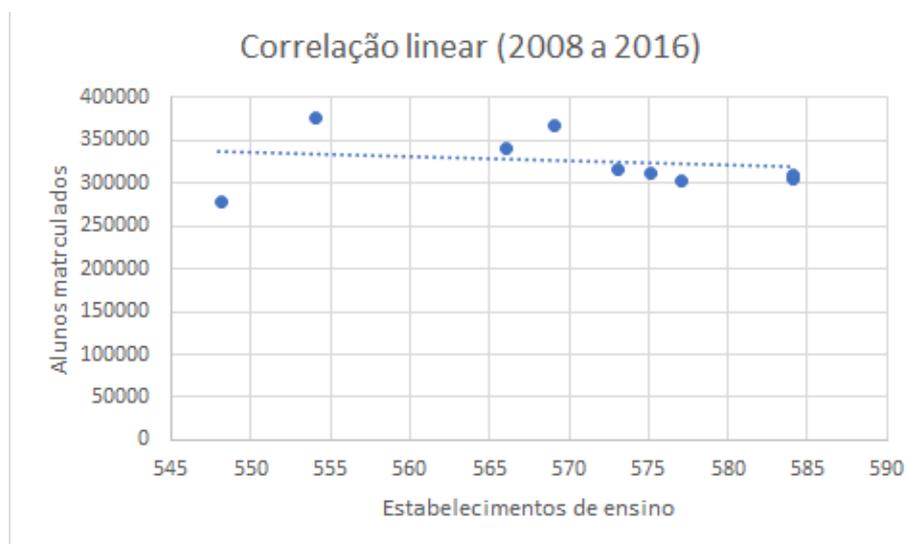


Gráfico 8 - Correlação entre alunos matriculados e estabelecimentos de ensino entre 2008 e 2016

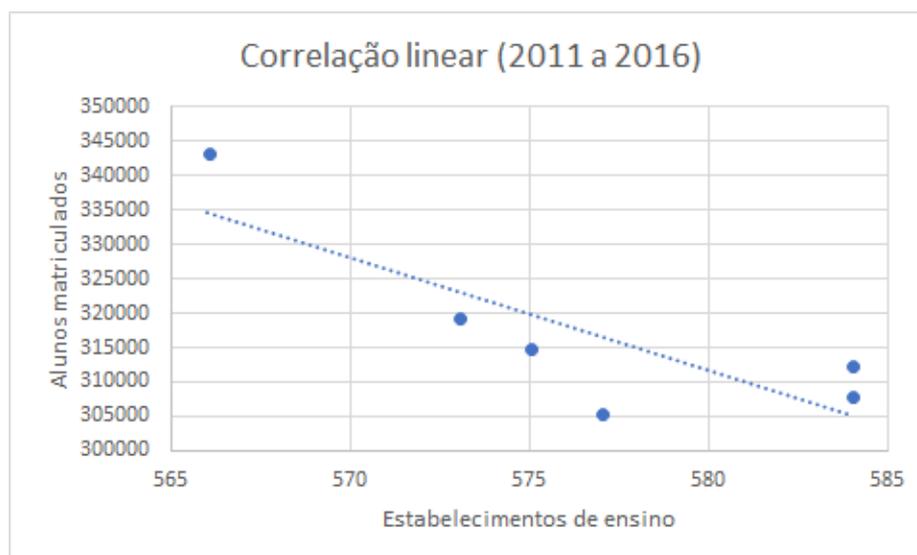


Gráfico 9 - Correlação entre alunos matriculados e estabelecimentos de ensino entre 2011 e 2016

Desta forma, quanto ao gráfico oito, os dados evidenciam uma correlação negativa fraca, o que significa que a correlação tende para zero. Em termos práticos conclui-se que a variação entre as variáveis "número de estabelecimentos de ensino" e o "número de alunos matriculados" é pouco significativa, dado que praticamente inexistente.

No que concerne ao gráfico nove, verifica-se que existe uma correlação negativa alta de $-0,82681$, uma vez que enquanto o número de estabelecimentos de ensino aumenta, a quantidade de alunos matriculados diminui. Desta análise e do cruzamento da mesma com as informações disponibilizadas, no enquadramento teórico, sobretudo no que concerne às medidas de austeridade implementadas no âmbito do Programa de Assistência Financeira a Portugal, no período 2011 a 2014, poder-se-á equacionar que fatores como a desertificação do interior do país e a manutenção de algumas escolas com poucos alunos; assim como, a diminuição da taxa de natalidade e a emigração, associada à crise e à instabilidade económica e social em Portugal e o envelhecimento da população possam ter contribuído para a correlação apresentada. Não obstante, este período coincidiu com a entrada da troika e do FMI em Portugal.

É importante referir que este estudo, de natureza quantitativa, beneficiaria ao ser complementado com dados de natureza qualitativa, com recurso a outros instrumentos e técnicas de recolha de dados que permitissem aprofundar a análise e identificar os fatores que condicionam as variações apresentadas.



Conclusão

O âmbito deste estudo centra-se no ensino secundário público, em Portugal, no período entre 2008 a 2016. Neste sentido e à luz da revisão de literatura, procurou aprofundar-se o conhecimento acerca de constrangimentos e medidas de superação, assim como do impacto de medidas de ordem política, económica e social, decorrentes do Programa de Resgate Financeiro a Portugal, a partir de 2011, no setor da educação. Deu-se, assim, particular enfoque ao retrato das condições económicas e sociais, da demografia, das condições laborais e dos direitos fundamentais da população no referido período, em Portugal.

Nesta linha de pensamento, a investigação teve como intenção averiguar os seguintes aspetos:

- Uma possível diminuição do número de estabelecimentos de ensino não superior público (enfoque no ensino secundário) como resultado das medidas de austeridade decorrentes da crise económica e social em Portugal, em particular entre 2011 e 2016. Sugere-se, como proposta de investigação futura, averiguar possíveis correlações entre os factos analisados e alterações do domínio organizacional, nomeadamente o encerramento de escolas em virtude da criação de "mega-agrupamentos" ou a criação de centros educativos e de parques escolares, verificados neste período temporal em Portugal.
- Uma possível diminuição do número de alunos matriculados no ensino regular como resultado de um progressivo aumento da oferta escolar ao nível de outras modalidades de ensino - por exemplo o ensino técnico/profissional, cursos CEF, cursos profissionais, ensino recorrente e outros.

Relativamente à primeira questão de investigação verificou-se que o nível de correlação das variáveis analisadas é muito próximo de zero, pelo que a correlação entre as variáveis 'número de alunos matriculados no ensino secundário' e 'número de estabelecimentos de ensino' é pouco significativa. Este facto revela-se surpreendente, já que se constata que, apesar das restrições financeiras impostas ao setor da educação, em particular, durante 2011 e 2014, tal facto não encontra eco na variação entre as variáveis em estudo.

No que diz respeito à segunda questão de investigação, constata-se a existência de uma correlação negativa alta, facto evidenciado pelo aumento do número de estabelecimentos de ensino em detrimento da diminuição do número de alunos matriculados no ensino secundário público. Estas características poderão dever-se a situações como as que passam a enumerar-se: a desertificação do interior e a manutenção de algumas escolas com um número reduzido de alunos; a diminuição da taxa de natalidade e o aumento da emigração, associada à crise e à incerteza em Portugal, assim como ao envelhecimento da população.

Considera-se que as conclusões daqui retiradas trazem luz à compreensão do impacto das medidas de austeridade no setor da educação e revelam que, apesar do esforço relatado na literatura, relativamente ao impacto da crise em vários domínios da sociedade, entre eles, o setor da Educação, a implementação de estratégias em termos de gestão do número



de estabelecimentos de ensino e na oferta formativa, ao nível das modalidades de ensino secundário, permitiram manter um equilíbrio pouco espectável e só traduzível no decurso de uma análise correlacional como a efetuada no âmbito deste estudo.

Referências

- Assembleia Geral das Nações Unidas na sua Resolução N.º 2200-A (XXI), de 16 de Dezembro de 1966 (1976). *Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais*. Retrieved from http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/educacao_para_a_Defesa_a_Seguranca_e_a_Paz/documentos/pacto_internacional_sobre_direitos_economicos_sociais_culturais.pdf
- Benavente, A., Queiroz, S., & Aníbal, G. (2015). Crise, Austeridade e Educação em Portugal (2011-2014). *Investigar em Educação, IIª Série*, 3, 49-62.
- Black, T. (1999). *Doing Quantitative Research in the Social Sciences: An Integrated Approach to Research Design, Measurement and Statistics*. London: Sage Publications.
- CNE - Conselho Nacional da Educação (2015). Estado da Educação 2015. Retrieved from http://www.cnedu.pt/content/noticias/CNE/Estado_da_Educacao_2015_versao_digital.pdf
- Cohen, L. & Manion, L. (1994). *Research methods in Education* (4ªed.) London: Routledge.
- Constituição da República Portuguesa (1976). Acedido a 28 de maio 2018. Diário da República: Série I, No 86 de 1976-04-10). Retrieved from https://dre.pt/web/guest/pesquisa-avancada/-/asearch/78796/details/maximized?p_auth=3XHOTJwP&serie=I&search=Pesquisar&ano=1976&perPage=100&types=DR
- Coutinho, C. (2018) *Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática* (2ªed.). Coimbra: Almedina.
- OP.Edu – Observatório de Políticas de Educação e de Formação (2014). O Estado da Educação num Estado Intervencionado. Retrieved from <http://www.op-edu.eu/media/relatorios/Op-Edu-Relatorio-2014.pdf>
- European Parliament (2015). The impact of crisis on fundamental rights across Member States of the EU – Country Report on Portugal. Retrieved from [http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2015/510020/IPOL_STU\(2015\)510020_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2015/510020/IPOL_STU(2015)510020_EN.pdf)
- Eurostat (2015). Quality of life – Facts and views. Retrieved from <http://ec.europa.eu/eurostat/documents/3217494/6856423/KS-05-14-073-EN-N/742aee45-4085-4dac-9e2e-9ed7e9501f23>
- Johnson, B., & Christensen, L. (2008). *Educational Research - Quantitative, Qualitative and Mixed Approaches*. USA: Sage Publications.
- Decreto Lei n.º 85/2009, da Assembleia da República (2009). Diário da República: I série de 2009-08-27. Retrieved from: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/488826/details/maximized>
- Decreto Lei n.º 75/2008, do Ministério da Educação (2008). Diário da República: I série de 2008-04-22 Retrieved from: <https://dre.pt/pesquisa-avancada/-/asearch/advanced/normal?type=s=SERIEI&tipo=%22Decreto-Lei%22&numero=75/2008>
- Mertens, D. M. (1998). *Research methods in Education and Psychology: Integrating diversity with quantitative & qualitative approaches*. London: Sage Publications.



- OP.Edu – Observatório de Políticas de Educação e de Formação (2014). O Estado da Educação num Estado Intervencionado. Retrieved from <http://www.op-edu.eu/media/relatorios/Op-Edu-Relatorio-2014.pdf>
- Pardal, L., & Lopes, E. S. (2011). *Métodos e técnicas de investigação social*. Areal. Retrieved from <https://www.wook.pt/livro/metodos-e-tecnicas-de-investigacao-social-luis-pardal/11462741>
- Pordata (2017a). *Estabelecimentos nos ensinos pré-escolar, básico e secundário público: total e por nível de ensino*. Retrieved from <https://www.pordata.pt/Portugal/Estabelecimentos+nos+ensinos+pr%C3%A9+escolar++b%C3%A1sico+e+secund%C3%A1rio+p%C3%BAblico+total+e+por+n%C3%ADvel+de+ensino-124>
- Pordata (201b). "Alunos matriculados no ensino público: total e por nível de ensino". <https://www.pordata.pt/Portugal/Alunos+matriculados+no+ensino+p%C3%BAblico+total+e+por+n%C3%ADvel+de+ensino-1003>
- Pordata (2017c). *Alunos matriculados no ensino secundário: total e por modalidade de ensino*. Retrieved from <https://www.pordata.pt/Portugal/Alunos+matriculados+no+ensino+secund%C3%A1rio+total+e+por+modalidade+de+ensino-1042>